QUEM FORMULARÁ A POLÍTICA CIENTÍFICA?

Simon Schwartzman

(1984.)

A área de ciência e tecnologia, como todas as demais, vive dias de grande excitação, na perspectiva de ter, no próximo governo, influência muito maior do que a que tinha até aqui. Não faltam reuniões, documentos encaminhados, contatos feitos ou planejados. O que resultará de tudo isto? O que é razoável esperar? O que deveria ser evitado?

É bastante provável que, no governo Tancredo Neves, a área de ciência e tecnologia volte a ser tratada em alto nível, como na época da criação do CNPq nos anos 50, quando o Conselho era um órgão que reportava diretamente ao Presidente da Republica. Nos últimos anos, o CNPq está subordinado à Secretaria de Planejamento e, pelo que se sabe, dificilmente o Ministro trata de seus assuntos pessoalmente. Dar um "status" ministerial a esta área não significa, necessariamente, criar um Ministério de Ciência e Tecnologia. Esta idéia tem encontrado, na realidade, muita oposição na área científica, pelo risco de que se crie uma grande burocracia que tolha, mais do que ajude, o trabalho dos pesquisadores. E possível criar, como nos Estados Unidos, um assessor presidencial de assuntos de ciência e tecnologia, ou dar esta posição ao futuro presidente do CNPq. De qualquer forma é importante lembrar que, hoje, o CNPq e a FINEP, reunidos, só abrangem uma parte menor do sistema brasileiro de ciência e tecnologia, já que não incluem as partes mais significativas dos setores de pesquisa agropecuária, nuclear, tecnologia industrial, pesquisa militar e de informática, para a qual está prevista a criação de todo um novo sistema de institutos de pesquisa, subordinado à Secretaria Especial de Informática. Existem ainda os centros de pesquisa das empresas estatais e todo o setor de pós-graduação das universidades. Quem quer que se ocupe da ciência e tecnologia a nível ministerial terá que ter em vista todo este conjunto, para justificar sua posição.

A outra expectativa a respeito do novo governo é que a comunidade científica possa, agora, participar mais diretamente das decisões. O programa nuclear não teria sido tão desastroso, aparentemente, se os nossos cientistas tivessem sido ouvidos a respeito. Existem muitos outros exemplos de decisões equivocadas na área de ciência e tecnologia pela ausência de participação dos cientistas em sua formulação e acompanhamento. Na realidade, a presença dos

cientistas nas decisões governamentais já tem existido, através, principalmente, dos sistemas de comités e assessores desenvolvidos pelo CNPq e CAPES, e por uma serie de outras formas colegiadas ou de consultoria. O que se espera, agora, é que esta participação possa tornar-se mais efetiva e estabelecida.

Existe um óbvio perigo em confundir a participação dos cientistas e tecnólogos enquanto pessoas informadas e competentes com sua participação enquanto grupo de interesse organizado. Os pesquisadores de um determinado instituto, seja ele qual for, terão sempre interesse em mais salários, mais equipamento, mais recursos para viagens, assistentes, etc. No entanto, pode ser que o que mais convenha ao pais seja fechar este instituto ou linha de trabalho, e colocar os recursos em outra coisa. Nos anos de escassez financeira que teremos pela frente, fazer política científica e tecnológica deverá significar, frequentemente, fazer opções deste tipo, que não podem ser entregues aos interesses corporativos de quem possa, eventualmente, sofrer suas consequências.

É uma situação difícil, que só pode ser enfrentada mediante três condições. A primeira e mais importante é que as decisões políticas mais cruciais sejam tomadas a nível político, isto é, no Executivo e do Congresso, que devem representar, melhor do que ninguém, o interesse nacional, expresso pelos partidos políticos que os sustentam. Segundo, estas decisões devem ser feitas com a assessoria e participação de cientistas e pesquisadores qualificados, de reputação e competência indiscutíveis, e que possam opinar de acordo com sua consciência e competência técnica, sem estar inibidos por mandatos recebidos das organizações profissionais ou sindicais a que pertencem. Esta forma de participação de cientistas deve predominar, também, nas atividades de rotina dos órgãos de apoio à pesquisa científica como o CNPq, CAPES (aonde isto já se dá), FINEP, SEI, Embrapa e outras, onde existe ainda muito a fazer. Terceiro, as organizações corporativas - sociedades científicas, associações de docentes, associações de funcionários, etc. - devem ter presença reconhecida nos órgãos deliberativos, como representantes dos interesses e preocupações especificas dos setores que representam.

O complicado será manter estes três componentes em equilíbrio. Seria desastroso se as questões de política científica se vissem reduzidas ao jogo de interesse da política partidária convencional. Seria lamentável e problemático se as decisões ficassem entregues a um mandarinato de cientistas supostamente iluminados, que usassem de sua competência técnica para impedir aos demais acesso às suas decisões. Seria também desastroso se a política científica fosse entregue aos interesses corporativos dos pesquisadores e técnicos, e decidida pela dinâmica das assembleias ou em reuniões de divisão do bolo.

Colocar em funcionamento um sistema como este será o grande desafio do governo nesta área. É só depois, no entanto, que começará o trabalho de verdade...